

---

# SURINAME: UM PAÍS DE COSTAS PARA A AMÉRICA DO SUL

## SURINAME: A BACKCOUNTRY TO SOUTH AMERICA

Paulo Gustavo Pellegrino Correa<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** No presente artigo discutiremos a inserção do Suriname nas dinâmicas de integração da América do Sul. O mais jovem país do subcontinente junto com a Guiana Francesa e a Guiana compõem a chamada “Amazônia Caribenha” e sua falta de interconectividade, característica da região do Platô das Guianas, é foco de projetos de integração e serão abordados no texto. Analisaremos a presença da comunidade brasileira, com boa parte ligada ao garimpo, e as tensões dessa comunidade com os diferentes grupos que compõem a sociedade surinamesa. Finalmente, destacaremos os litígios fronteiriços do Suriname com seus vizinhos Guiana e França, herança colonial que fragiliza a relação do país com seu entorno geográfico e, conseqüentemente, o processo de integração do país à América do Sul.

**Palavras-chave:** Suriname. América do Sul. Integração. Amazônia Caribenha. Conflito.

**ABSTRACT:** In this article we will discuss the inclusion of Suriname in the integration dynamic of South America. The youngest country in the subcontinent along with French Guiana and Guyana make up the so-called “ Caribbean Amazon “ and their lack of interconnectivity, characteristic of the Guianas plateau , it is the focus of integration projects and will be addressed in the text. We will analyze the presence of the Brazilian community, mostly tied to gold mining, and the tensions of that community with different groups that comprise the Surinamese society. Finally, we will highlight border disputes with neighboring Suriname and Guyana France, colonial heritage that weakens the country’s relationship with its geographical surroundings and, consequently, its process of integration to South America.

**Key words:** Suriname. South America. Integration. Caribbean Amazon. Conflict.

## INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria aparece como o elemento principal de transformação no sistema internacional que proporcionou um novo espaço para que o regionalismo se fortalecesse e processos de integração regional se ampliassem. Novas atitudes em relação à cooperação internacional possibilitaram um recomeço para organizações regionais, dando maior credibilidade às suas funções e a arranjos de cooperação regional de forma geral.

Outra importante mudança nas relações internacionais é que com o fim do mundo bipolar descentralizou-se o sistema internacional, o que fortaleceu o argumento regional. Potências regionais,

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política e professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFron). Este pesquisador tem suas pesquisas financiadas pelo Edital 031-2013 (Pro-Defesa/CAPES). Email: paulogustavo1978@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2015 e aceito para publicação em maio de 2015.

não mais dominadas pela balança de poder da Guerra Fria, passaram a ter maior liberdade para conduzir suas políticas externas e se envolver nas questões dentro de suas regiões (PRECIADO, 2008).

Geralmente o processo de regionalização é associado a questões econômicas a partir de integrações e acordos de livre comércio. Entretanto, o conceito de regionalismo nas últimas três décadas ampliou consideravelmente seu escopo, transcendendo a economia e compreendendo elementos políticos, culturais e históricos.

Na América do Sul a tendência de regionalização mostrou-se presente nas últimas décadas e os países da região buscaram fortalecer a aproximação no subcontinente com iniciativas de integração. A região ocupa 12% da superfície terrestre, tem um quarto das áreas cultiváveis, tem recursos naturais abundantes e apenas 6% da população mundial. Em um contexto de crescimento da população mundial, aumento do uso dos recursos naturais e preocupações ecológicas sistêmicas, a região demonstra grande relevância estratégica. Essa relevância ganhou força nos últimos anos com as iniciativas de integração regional, que contaram com uma forte atenção da política externa brasileira, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Entre as sub-regiões da América do Sul (os Andes, a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica) a região da Amazônia, foco de nosso trabalho, se destaca por sua vocação internacional, uma vez que está presente em nove dos treze países da América do Sul<sup>2</sup> e pelas potencialidades de desenvolvimento da região. Uma maior aproximação dos países amazônicos apresenta algumas possibilidades como: significar uma nova escala para pensar e agir na Amazônia transnacional; dinamizar outras iniciativas regionais (Mercosul, Unasul, CDS); finalmente, fortalecer a voz da América do Sul (BECKER, 1992, 2005; AMAYO, 1993, 2007, 2009).

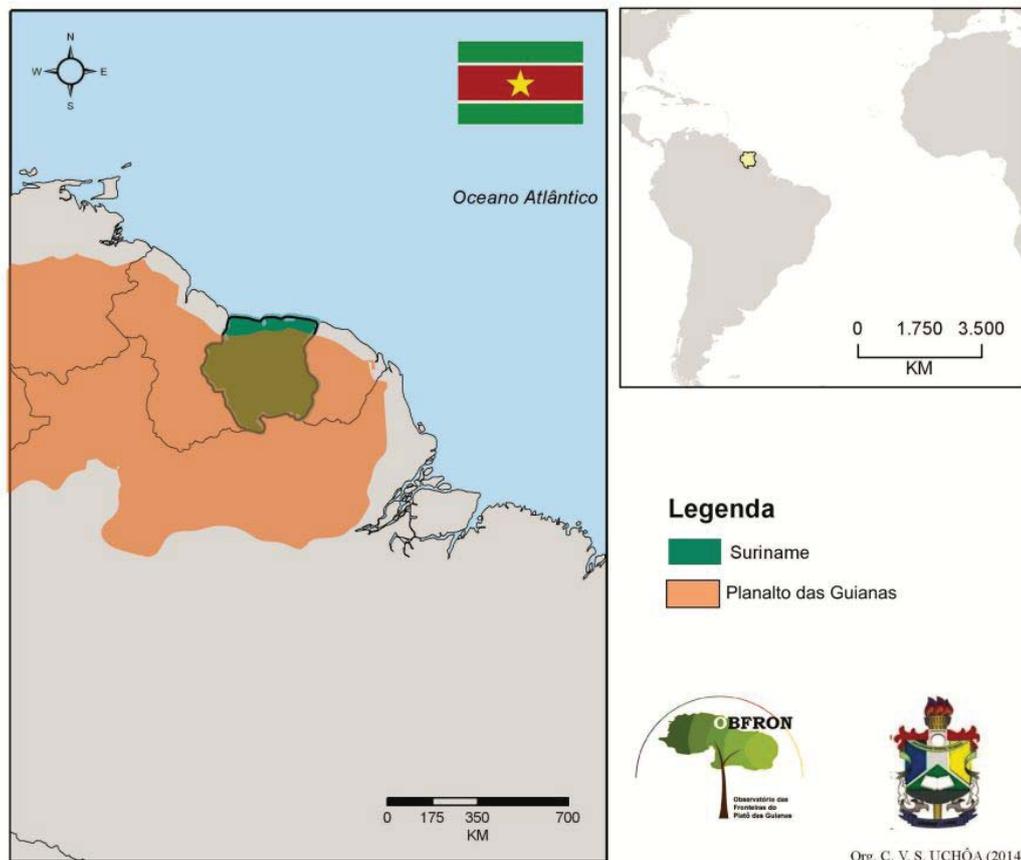
A Amazônia não atrai a atenção apenas dos países que a compõem. O fortalecimento da temática ambiental dentro da agenda internacional desde a década de 1970 fez da região foco de atenção dos países que a compartilham e também de muitos países do norte. Isso colaborou para que os países amazônicos fortalecessem suas agendas para a região, temendo o discurso da “internacionalização” e da “soberania restrita” por parte dos países centrais. Uma suposta campanha de internacionalização da Amazônia e a participação de atores externos à região em assuntos internos como presença militar dos Estados Unidos em países amazônicos, principalmente na Colômbia, trazem uma perspectiva de segurança tradicional focada na defesa de soberanias nacionais, provocando uma reação regional e individual dos países e aumentando o contingente militar na região. Esse tipo de reação pode enfraquecer o processo de regionalização e acentuar questões de segurança na região.

Entre os projetos integradores existentes na Amazônia transnacional destacamos os presentes na Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Em sua formulação em agosto de 2000, em Brasília, a IIRSA buscou contemplar os aspectos econômico, social, político e ambiental. Dentre os dez eixos de integração que compõem a IIRSA, quatro se encontram na região amazônica. Esses se destacam por se localizarem em uma região de grande vulnerabilidade ambiental e social e de potencialidade de desenvolvimento. Infraestrutura de transporte e energia são dois dos pilares dos projetos desenvolvidos na região e ambos têm grande potencial de impactos multidimensionais – ambiental, social e econômico. Esses impactos são sentidos por muitas comunidades que já se articulam – local, nacional e regionalmente – na busca de uma reorientação ou paralização dos projetos desenvolvidos.

Entretanto, mesmo diante de um momento histórico que privilegiou a aproximação dos países da América do Sul, é possível observar que alguns países se aproximaram substancialmente. Outros, por sua vez, estiveram quase inexistentes na regionalização Sul-Americana como é o caso do Suriname, foco do presente trabalho. O país esteve distante desse processo e sua relação com o entorno geográfico é atualmente marcada por ilícitos, litígios e ausências.

## O JOVEM PAÍS SURINAME

Mapa 1. Suriname



Fonte: CORRÊA, 2014.

O Suriname é o mais jovem país independente da América do Sul. Um dado importante quando buscamos entender suas instituições nacionais e relações internacionais regionais. Com 100% do seu território localizado na Amazônia transnacional e com uma área de 163 mil km<sup>2</sup>, a população de pouco mais de meio milhão de habitantes<sup>3</sup> está concentrada na região litorânea e é composta por um mosaico de grupos étnicos que migraram em diferentes momentos da história contemporânea surinamesa.

Localizado entre a Guiana Francesa, Guiana e o Brasil, o Suriname apresenta uma baixa interconectividade com seus vizinhos. Com o Brasil não existe nenhuma conexão por terra e com a Guiana e Guiana Francesa as conexões são precárias e as travessias nas fronteiras fluviais são feitas ainda por balsas. O transporte aero do Suriname para os países da região tem melhorado nos últimos anos com a abertura de novas rotas, porém ainda são escassos.

A economia do país foi dominada pelo setor dos minerais e energéticos (ouro, petróleo, e alumínio), que representam cerca de um terço do PIB. Agricultura e manufatura, embora pequenos, permanecem setores importantes. No setor de serviços, 45% do PIB é impulsionado principalmente pelas atividades comerciais e de transporte, enquanto os serviços pessoais, transportes e comunicação são setores que têm crescido mais rapidamente. O setor informal também é significativo e pode aumentar as estimativas atuais do PIB em até 16%, de acordo com os dados do Banco Mundial<sup>4</sup>.

Os níveis de pobreza e desigualdade do Suriname permanecem altos. O país ficou na 105ª posição em 2012 no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) estima que 15-20% de sua população é subnutrida<sup>5</sup>. Há também as desigualdades significativas entre zonas costeiras, em geral mais ricas, e o interior rural mais pobre e de difícil acesso.

No intuito de acabar com o isolamento de grande parte de seu território, o Suriname está incorporado ao Eixo do Escudo das Guianas dentro da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana (IIRSA). Os projetos que contemplam o Grupos 3 e 4 do Eixo das Guianas, Interconexão Venezuela – Guiana – Suriname e Interconexão Guiana – Suriname – Guiana Francesa – Brasil, se concentram na construção de vias de acesso aos países vizinhos que por um lado essas iniciativas podem colaborar na exploração das riquezas naturais do país, mas por outro lado, podem também afetar a dinâmica de sociedades tradicionais existentes em terras surinamesas.

A vida política do Suriname desde sua independência em 1975 foi turbulenta. Devido a golpes militares e uma guerra civil de 1986 até 1994 a instabilidade política e a debilidade econômica geraram um fluxo migratório de surinameses para os países vizinhos, especialmente para o Departamento francês, e uma fuga de profissionais qualificados para a antiga metrópole holandesa (JUBITHANA-FERNAND, 2009).

Ainda na esteira da questão migratória, outro fator importante no que concerne à integração no Suriname é o fluxo migratório que se dirige às regiões de recursos auríferos abundantes. Assim como na Guiana Francesa, o garimpo é o destino de milhares de pessoas em busca do enriquecimento através da garimpagem e das atividades que a circundam, como comércio, máquinas, combustível, armas, drogas e prostituição. Também se assemelhando ao caso do departamento francês, a composição de grupo com destino ao garimpo é basicamente de brasileiros (VISENTINI, 2010).

## **PROJETOS NA INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA**

A já mencionada falta de interconectividade do Suriname com os países da região é o foco dos projetos integradores do país no Platô das Guianas. De acordo com os dados da IIRSA, os projetos em que o Suriname participa estão focados em transporte. Esses projetos têm como função estratégica implementar e desenvolver um vínculo de integração no extremo norte da América do Sul através da conexão entre Venezuela, Guiana e Suriname (Grupo 3) e a consolidação da conexão física internacional para promover o desenvolvimento sustentável e a integração da Guiana, Suriname e os estados do Pará e Amapá no Brasil (Grupo 4).

A construção e melhoria das estradas no Suriname apresentam forte importância econômica, pois dentro do seu território existem reservas de ouro, prata, platina, diamante, bauxita, cobre, minério de ferro, manganês estanho, zinco entre outros. A exploração dessas riquezas cobiçadas por empresas de países como a China e Brasil depende de questões logísticas.

Johannes van de Vem destaca dois outros motivos para o governo do Suriname investir nos projetos da IIRSA. O primeiro diz respeito à relação do país com sua ex-metrópole. No período de sua independência em 1975, a Holanda prometeu uma ajuda financeira à sua ex-colônia que terminaria em 2011. Interrompida por questões ligadas à falta de democracia no país, após o retorno a um governo eleito democraticamente em 1991, a ajuda holandesa foi retomada.

A relação com a Holanda continua a ser um fator importante na economia, com a insistência de que o Suriname deve empreender reformas econômicas e produzir planos específicos

aceitáveis aos holandeses para projetos em que os fundos de ajuda poderiam ser gastos. Em 2000, no entanto, os holandeses revisaram a estrutura do seu pacote de ajuda e apontaram para as autoridades do Suriname sua decisão de focalizar ajuda em setores considerados por esses prioritários. Essa abordagem é vista pelo governo do país como evasiva e, dessa forma, a dinamização da sua economia com outros países tem um significado emancipatório.

O segundo motivo levantado por Johannes van de Vem refere-se à ocupação do território surinamês. Coberto pela floresta amazônica e demograficamente ocupado apenas em suas planícies costeiras, ligações terrestres ao interior do país possibilitariam a sua ocupação e seu desenvolvimento (2010, p. 3)<sup>6</sup>.

Entretanto, de acordo com o relatório do corpo de discussão política e estratégica de programas e projetos para implementar a integração da IIRSA (COSIPLAN) aos projetos que compõem o Grupo 3, todos dentro do Suriname, nenhum saiu do planejamento ou da pré-execução. Dos projetos que compõem o Grupo 4 e estão dentro do território surinamês apenas a estrada Apura - Nieuw Nickerie está em execução (ver quadros abaixo). Isso significa que apesar dos projetos estarem no plano IIRSA desde sua criação e a despeito da importância estratégica para uma integração mais efetiva do Suriname ao seu entorno geográfico, o isolamento do país continua como uma característica predominante.

As localizações dos projetos mencionados não estão nas partes mais povoadas do Suriname. Como já mencionamos, a grande parte da população habita a parte costeira surinamesa. Isto significa que a princípio a viabilização dos projetos não demandaria remoções de populações e seus impactos estariam concentrados em questões ambientais e não em outros setores como o societal, econômico e político. Entretanto, a história recente surinamesa aponta para fortes tensões entre diferentes grupos que, entre outras razões, tiveram como atores funcionais grandes empresas e construções de infraestrutura para a exploração dos recursos naturais do Suriname.

## DESENVOLVIMENTO E CONFLITO

A baixa intensidade da exploração dos recursos naturais surinameses e a densidade demográfica concentrada na costa fez com que esse país preservasse grande parte da sua cobertura vegetal e garantisse sua reputação internacional como um dos mais preservado e com menores taxas de desflorestamento no mundo (FAO, 2010). Isto quer dizer que seu potencial de exploração é um dos mais altos entre os países amazônicos.

A experiência de exploração das riquezas naturais surinamesas esteve concentrada em apenas uma empresa, a ALCOA, que está presente no país desde 1916, mas intensificou sua presença a partir da construção de uma hidrelétrica no rio Suriname em Afobakka para abastecer as fundições de alumínio nos anos 1960. A obra demandou a construção de uma barragem e, conseqüentemente, a remoção de milhares de quilombolas, conhecidos como *marrons*.

Os *marrons* são os descendentes dos negros escravizados que fugiram para as florestas surinamesas entre os séculos XVII e XVIII. Depois de mais de meio século de guerra contra tropas coloniais, a independência dos quilombolas foi reconhecida pela assinatura de um tratado de paz com os holandeses na década de 1760. Este tratado permitiu que os quilombolas ocupassem uma grande parte do interior do Suriname, que tem sido a sua pátria desde então.

De acordo com *Central Bureau of Citizens Administration/Ministry of the Interior* (CBB, 2006) do Suriname, esse grupo representa aproximadamente 15% da população do país e desde os anos 1980 vem de forma gradativa buscando mais espaço político e respeito aos seus direitos como povos tradicionais da região. Trataremos mais à frente das tensões entre *maroons* e outros grupos representativos na população surinamesa, como os brasileiros.

A forma de exploração da riqueza do país gerava descontentamento em outros setores da sociedade. Vizentini (2010) destaca:

Neste quadro, em 25 de fevereiro de 1980, um grupo de dezesseis sub-oficiais, liderados por Desiré Delano (Desi) Bouterse, acusando o governo de ineficiência desencadeou um Golpe de Estado (a “Revolução dos Sargentos”). Um ano depois o governo interino é derrubado, sob acusação de ser demasiadamente voltado para a Holanda e os Estados Unidos, com Bouterse se tornando presidente (VIZENTINI, 2010, p.35).

Na primeira metade dos anos 1980 muitos protestos tomaram conta da cena política do país e a repressão por parte do governo de Bouterse fez com que o Suriname ficasse isolado político-economicamente. Esse isolamento fez com que o Bouterse buscasse apoio de Cuba e essa aproximação preocupou a ditadura brasileira. De acordo com Vizentini, “para resolver a situação o General Danilo Venturini foi enviado pelo presidente Figueiredo para oferecer um pacote de ajuda ao país, em troca do cancelamento da cooperação com os cubanos, o que foi obtido” (2010, p.36).

Sem apoio externo e com uma economia em crise as tensões internas se intensificaram e a relação entre o governo e os *maroons* desencadeou uma guerra civil em 1986 que durou até o início dos anos 1990. Essa guerra gerou um fluxo migratório em direção à Guiana Francesa onde aproximadamente 10 mil surinameses ficaram concentrados em campos de refugiados.

A bibliografia aponta que as razões para o início do conflito entre o exército surinamês e os *maroons* estiveram concentradas na falta de respeito ao modo de vida dos povos tradicionais e na ausência de políticas diferenciadas que assegurassem seus direitos à terra (REBELO, 2011; VIZENTINI, 2010; PRICE, 1998). Em seu livro *Scrapping maroon history: brazil's promise, suriname's shame* Richard Price destaca que de todos os países da América, apenas Suriname não fornece proteção legal para suas populações indígenas/*maroom*. De acordo com Price os sucessivos governos do Suriname têm prosseguido com uma política contra os quilombolas e comunidades indígenas e não vêm respeitando tratados dos quais o país faz parte, como a Convenção Americana de Direitos Humanos (1998).

A respeito dos tratados, é importante destacar que o Suriname não é signatário da Convenção nº 169 da OIT, que se constituiu como o primeiro instrumento internacional vinculante que aborda especificamente os direitos dos povos indígenas e tribais. Isso significa que, ao contrário de outros países amazônicos como Peru e a Bolívia, os povos tradicionais surinameses não têm a possibilidade de utilizar esse mecanismo (CORREA, 2014) que garante a consulta prévia sobre projetos de desenvolvimento em suas terras, assegurando-lhes direitos e princípios fundamentais do trabalho, direito à igualdade de tratamento e de oportunidades, à liberdade sindical e direito de negociação coletiva. Essa relação com os povos tradicionais rendeu ao governo do Suriname uma demanda do povo Saramanka à Secretaria da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2000<sup>7</sup>.

O povo Saramaka faz parte de um dos seis grupos quilombolas *Maroons* existentes no Suriname e na Guiana Francesa. Os aproximadamente 45 mil Saramakas surinameses, organizados através da Associação de Autoridades Saramaka<sup>8</sup>, constituíram-se como atores securitizantes a fim de cessar a violação dos direitos humanos de seu povo e garantir direitos enquanto povo tradicional.

Da Comissão Interamericana de Direitos Humanos o caso seguiu para a Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2006 e no ano seguinte a Corte pronunciou-se a favor dos demandantes contra o governo do Suriname. No trabalho de Rebelo é destacado que,

Com essa decisão histórica, se estabelece um precedente para todos os *Maroons* e os povos indígenas da América. Aos Saramaka foram assegurados os direitos coletivos às terras onde sempre habitaram e têm desenvolvido seus hábitos e cultura desde o século XVIII. A decisão também contemplou os Saramaka com o direito a decidir acerca da exploração dos recursos naturais existentes naquele território como: a madeira e o ouro. Ainda, concedeu uma compensação do governo surinamês pelos danos oriundos das concessões de madeira feitas em período anterior às empresas chinesas, a serem pagos em um fundo de desenvolvimento especial, cuja gestão cabe a membros do povo Saramaka. A Corte também cominou a obrigação ao Suriname de viabilizar a realização de estudos de impacto ambiental e social por instituições tecnicamente capacitadas e independentes, quando for outorgar concessões para desenvolvimento de atividades e projetos no território Saramaka, além de adotar meios adequados com vistas a minimizar o prejuízo que possam surgir em decorrência de tais projetos e se relacionarem com a sobrevivência social, econômica e cultural do povo Saramaka (REBELO, 2008, p.114-115).

A decisão da Corte traz um marco da relação da população tradicional surinamesa, *maroons* e indígenas com o governo do país, uma vez que conseguiu efetivamente transformar em uma questão de segurança o uso do território. Mesmo não sendo signatário da Convenção 169 da OIT, outros mecanismos internacionais podem alicerçar as reivindicações dos povos tradicionais, como demonstrou o recente episódio dos Saramaka.

Diante desse histórico, entendemos que as tensões entre etnias dentro do Suriname estão ligadas à construção dos direitos dos diferentes povos que habitam o país e à exploração do território. Essa exploração tem grandes potenciais com a realização dos projetos da IIRSA.

Entretanto, como uma região de grandes reservas auríferas, a exploração do garimpo na selva surinamesa não necessitou de uma infraestrutura logística mais desenvolvida para a sua realização. Essa atividade gerou um grande fluxo de pessoas para as reservas auríferas do país, majoritariamente de brasileiros. Esse grupo tem entrado em choque com outros grupos surinameses e nos aponta para um movimento de securitização da comunidade brasileira no Suriname, tópico da próxima parte do presente trabalho.

## IMIGRAÇÃO E GARIMPO

A extração de ouro e as remessas de surinameses no exterior são as principais fontes de dinheiro do Suriname. A imigração nos últimos 20 anos, especialmente de brasileiros, esteve ligada diretamente ao garimpo e às atividades que o estruturam, como alimentação, transporte, comércio e prostituição. Apontamos essa diferença, pois a imigração de brasileiros na Guiana Francesa, já abordada no presente texto, está relacionada apenas parcialmente ao garimpo. Outra parte desses brasileiros que migram em direção à GF saem em busca dos atrativos de um território europeu como o euro, benefícios sociais e saúde.

A chegada dos garimpeiros brasileiros, doravante apenas garimpeiros, data do já mencionado instável período dos anos 1980 no Suriname. É justamente no final dessa década que a pressão pelo fim da exploração dos garimpos na Amazônia brasileira se efetiva<sup>9</sup> A criação de reservas indígenas e a “onda verde” já presente no cenário internacional passam a se fortalecer no Brasil buscando eliminar atividades de grandes danos ambientais como o garimpo. Isso significou que os milhares de garimpeiros no Brasil, detentores de um *know-how* importante na extração de ouro na floresta amazônica, puderam continuar suas ocupações nas reservas surinamesas.

A chegada dos brasileiros aos garimpos do Suriname representou uma forte transformação na extração do ouro. Isso não foi apenas devido ao número de brasileiros

que chegavam das fronteiras do norte do Brasil. A grande alteração foi devido à forma de garimpagem brasileira desconhecida pelos *maroons*. Oliveira destaca que

Nessa época, a mineração do ouro era realizada nos leitos dos rios (através da utilização de dragas e balsas), situação que foi drasticamente alterada a partir da intensificação do fluxo de brasileiros para a região. Os garimpeiros conheciam técnicas de desmonte hidráulico em terra firme, método de extração desconhecido pelos quilombolas e que, por conta da facilidade de implementação, passou a ser predominante no Suriname. Em pouco tempo, a chegada dos brasileiros e, sobretudo, a relação destes com o ouro contribuíram para que a mineração artesanal desenvolvida pelos quilombolas cedesse espaço para o ritmo empreendedor trazido pelos atores dessa nova frente migratória (OLIVEIRA, 2010, p.55)

A localização dos brasileiros está concentrada no interior do país nas áreas de garimpo, principalmente nos distritos de Paramaribo, Brokopondo, Sipaliwini e Marowijne . Dados do Ministério da Justiça do Suriname apontam para a existência de mais de 8 mil brasileiros ilegais no país em 2008, o que significa mais da metade do total de ilegais .

Entretanto, esses dados não são precisos e existem estimativas que trabalham com a possibilidade de até 20 mil brasileiros ilegais no Suriname (JUBITHANA-FERNAND, 2009) ou ainda de 30 a 40 mil brasileiros em terras surinamesas (OLIVEIRA & KANAI, 2011). Essas estimativas, tanto as menores quanto as maiores, representam um percentual significativo de brasileiros na pequena população surinamesa, ou seja, a comunidade brasileira representa de 5-10% do total de pessoas no Suriname. Soma-se a esse número o dado qualitativo de que esses brasileiros estão concentrados na exploração da maior riqueza do país.

Mesmo não sendo a totalidade dos brasileiros ligados ao garimpo, a sociedade surinamesa associa o brasileiro diretamente à mineração de ouro, à criminalidade nas regiões de garimpo e ao sexo, o que tem influência direta nas relações interpessoais (HOFS, 2006). Essa associação de grupos étnicos com determinadas atividades é tradicional no Suriname e, dessa forma, os brasileiros ficaram associados em suas atividades pioneiras e predominantes. Oliveira e Kanai destacam que

Esta etnicização no Suriname é tão impressionante que é fácil de perceber a divisão territorial do trabalho: i) os hindus são presença predominante em lojas de eletrônicos ; ii) os chineses como proprietários de mercados , supermercados e venda de produtos importados da China; iii ) o javanês em lojas que vendem produtos voltados para as necessidades do dia- a-dia , e iv) os negros que ocupam a maior parte dos cargos públicos(OLIVEIRA & KANAI, 2011, s/p).

A pesquisa realizada por Rafael da Silva Oliveira (2012) entre os anos de 2007 e 2010 nos jornais Times of Surinam (TS) e De Ware Tijd (DWT) do Suriname, apontou a construção da imagem dos imigrantes brasileiros ligadas ao sexo, à clandestinidade, à violência e ao crime. O estudo constata que das 944 matérias analisadas, sendo 531 do Times of Surinam (TS) e 413 do De Ware Tijd (DWT), o TS publicou pelo menos uma reportagem sobre os brasileiros no Suriname a cada 2,74 dias, ao passo que o DWT a cada 3,53 dias. Do total de notícias que abordavam os brasileiros 94,60% teve tratamento negativo e os três temas mais presentes nessa linha de tratamento são “garimpo/garimpeiros”, “danos ambientais” e “imigração ilegal”.

Na esteira da representatividade dos brasileiros no Suriname, o trabalho de Carolina Carret Höfs afirma que

Os brasileiros eventualmente são representados como uma ameaça à balança étnica, expressa em pequenos eventos cotidianos – como as batidas policiais e a ostensiva burocracia de controle do comércio. A atenção pública se volta para a imigração brasileira principalmente quando acontecem alguns eventos limites como os casos de desordem pública por badernas, crimes, envolvimento com tráfico de drogas ou até mesmo, histórias de esposas surinamesas que vão a público defender seus casamentos “destruídos” pelas mulheres brasileiras (HÖFS, 2006, p.47).

Assim como os governos do Brasil, com a operação *Anaconda*, e da França, com a operação *Harpia*, o Suriname, através de suas forças policiais e militares, executou a operação *Clean Sweep*. Em 2008 o Ministério da Justiça surinamês junto com o Ministério da Natural Recursos e do Ministério do Desenvolvimento Regional deram início à operação *Clean Sweep* com o objetivo cessar atividades ilícitas como ouro e madeira de extração ilegal, o tráfico de drogas e posse ilegal de armas (JUBITHANA-FERNAND, 2009).

Foram executadas outras duas operações *Clean Sweep*, buscando controlar as áreas de garimpo em outras partes do país. Apesar de não serem os brasileiros o alvo da operação, a *Clean Sweep* atingiu-os diretamente, fortalecendo dessa forma a imagem dos brasileiros com a ilegalidade e a criminalidade de forma geral. Como destaca Oliveira (2012), a operação que conta com uma “vassoura” como símbolo promoveu o discurso da “limpeza” fortalecendo estereótipos, além de contribuir para “rotular e impor imagens negativas aos brasileiros que vivem no Suriname” (p. 466).

Outro episódio que marca as tensões entre surinameses e brasileiros, mais especificamente com os *maroons*, aconteceu na cidade de Albina, localizada no distrito de Marowijne. Em dezembro de 2009 uma briga de bar evoluiu para um conflito generalizado entre brasileiros e *maroons*. Na briga, um brasileiro assassinou um *maroon* e a retaliação do grupo quilombola foi generalizada contra a comunidade brasileira. Os relatos descrevem estupros, incêndios, espancamentos e assassinatos contra os brasileiros<sup>10</sup>.

O político e empresário Ronnie Brunswijk é uma das principais lideranças quilombolas do Suriname e é oriundo da região do mencionado conflito. Em entrevista ao jornal brasileiro *Folha de São Paulo* o líder *maroon* diz que nos últimos anos os brasileiros mataram 68 pessoas e acredita que a retaliação é uma reação a anos de violência conduzida por brasileiros contra sua comunidade<sup>11</sup>. Para Brunswijk, a explicação dos estupros, tipo de violência comum praticada contra as mulheres brasileiras, está no pressuposto de que “as brasileiras vão lá para ser [*sic*] prostitutas. Talvez eles [os *maroons*] tenham a ideia de que tinham o direito de fazer isso”. Tal afirmação coaduna com a argumentação de Höfs (2006) e Oliveira (2012) no que diz respeito à imagem e discurso sobre a comunidade brasileira no Suriname.

O episódio pode ser analisado como algo isolado, uma vez que não apresentou repetições de mesma intensidade. Entretanto, ao mesmo tempo ele é parte de um cenário de securitização dos brasileiros no Suriname. Os *marrons* se constituem como um ator cada vez mais presente no cenário político surinamês desde o fim da já mencionada guerra civil nos anos 1990. Sua luta pelo direito às terras que ocupam, regiões com abundância de reservas auríferas, já conquistou precedentes e respaldo de instituições supranacionais. A extração de ouro é parte fundamental da economia *maroons* e do Suriname de forma geral e sua exploração é feita basicamente por brasileiros. Esses, por sua vez, são alvo de um discurso que os conecta às atividades ilícitas moralmente condenáveis pela sociedade local e que na relação com os *maroons* tem tomado contornos de um discurso de ameaça.

## ENTRE LITÍGIOS FRONTEIRIÇOS

Os litígios fronteiriços são parte de questões clássicas de segurança e de securitização. Por se tratar de soberania territorial o ator securitizante é normalmente o estado e os setores político e militar são predominantes. Desde o tratado de Westfália em 1648 a reivindicação por fronteiras foi a origem de diversos conflitos bélicos de alta intensidade.

Atualmente na América do Sul algumas demandas territoriais compõem o cenário de segurança que, num passado recente, foi origem de conflitos armados entre países amazônicos<sup>12</sup>. Atualmente, não existe a iminência da deflagração de nenhum conflito militar para a resolução das questões fronteiriças. Entretanto, um processo de integração coeso, ou a construção de uma comunidade de segurança ficam diante do desafio de resoluções fundamentais para as relações entre os estados da região como as questões fronteiriças.

O Suriname possui os mais extensos litígios fronteiriços da região com a França e a Guiana, ambos herdados do período colonial e adormecidos até a descoberta de riquezas nas regiões em questão. Com a Guiana francesa o contencioso se refere a um território na fronteira sul do Suriname com o departamento francês. O litígio com a Guiana, por sua vez, é duplo: o primeiro se refere à jurisdição sobre o rio que faz fronteira entre os dois países, o rio Corentyne; o segundo é referente à região do Triângulo do New River, localizado na fronteira sul dos dois países próximo ao Brasil.

A disputa com a Guiana Francesa data dos anos 1860 e se refere à origem do rio Maroni. O Suriname defende que sua origem é o rio Lawae e os franceses, o rio Tapahony. Até a descoberta de ouro nas últimas décadas do século XIX, a determinação da comissão franco-holandesa que favorecia os franceses não foi questionada. Após a descoberta outras arbitragens foram feitas, mas sem que um acordo se firmasse. Tal situação segue ainda hoje indefinida.

Apesar da aproximação de Suriname e França através de acordos de cooperação, o Suriname continua com a tese holandesa sobre as fronteiras. Os mapas surinameses mostram a fronteira contestada, mas o assunto não é abordado com alguma relevância desde o começo da década de 1990. Algumas razões fazem com que o assunto não ganhe maior reverberação no Suriname: os surinameses compõem a segunda maior população de estrangeiros na Guiana Francesa, que é parte importante da economia surinamesa com suas remessas ao país; os projetos de cooperação com a França (*Agence Française de Développement*, 2008) são volumosos e as possibilidades de potencializar as relações com o vizinho europeu são atraentes para a limitada economia surinamesa.

As questões fronteiriças com a Guiana se referem à soberania das regiões: rio Courantyne, que os separa; o Triângulo do New River, que fica no extremo sul dos países em uma área com aproximadamente 15.000 quilômetros quadrados de floresta amazônica e equivale cerca de 10% do território surinamês; parte do Mar do Caribe que se estende ao norte de suas linhas costeiras e em 2007 teve a sentença arbitral do Tribunal Internacional do Direito do Mar proferida.

Assim como no contencioso com a Guiana Francesa, esses litígios se encontravam adormecidos até a descoberta de reservas auríferas nas regiões em questão e até a possibilidade de exploração de petróleo. Após décadas de negociação no contencioso com a Guiana, os países não entraram em um acordo e a necessidade de uma arbitragem internacional mostrou-se como a única saída.

A argumentação dos países reclamantes tem bases distintas. De acordo com a análise de Thomas W. Donovan (2003),

As reivindicações da Guiana para o Triangulo do New River são apoiados por leis fundamentais da ocupação . Os elementos individuais de ocupação (

*occupandi animus e corpus* ) são cumpridas, detalhando uma intenção clara e consistente a ocupação da área. Por outro lado , as reivindicações do Suriname para o New River Triângulo baseiam-se principalmente sobre a possível prescrição e reivindicações do interior coloniais. Em termos de disputa fronteira de rio, Suriname mantém um forte argumento para a soberania sobre todo o rio com base na herança do título histórico através *possedetis uti* . Este título para a fronteira do rio vai afetar a fronteira terrestre e beneficiar o Suriname com um mar territorial imediatamente adjacentes à costa. No entanto, essa trajetória não foi concebida para se aplicar às periféricas marítimas de Zona Econômica Exclusiva ou plataforma continental. Essas áreas, por isso, muito provavelmente usam diferentes precedentes para a demarcação. Qualquer órgão de arbitragem internacional após a jurisprudência internacional concederia mais provável estes às áreas para Guiana dada a existência de uma linha marítima de fato criada pelo concessões guianenses de longa data (DONOVAN, 2003, p.43)<sup>13</sup>.

O litígio marítimo entre Suriname e Guiana tem em seu passado recente alguns momentos de tensão que desembocaram no recurso de arbitragem internacional. Em 1978 barcos surinameses foram presos por barcos da marinha da Guiana, o que fez ambos os países trabalharem em um acordo que culminou com a assinatura de um Memorando de Entendimento, em 1991. No memorando os países se comprometeram a permitir a exploração conjunta de petróleo em zonas marítimas em litígios reclamados.

Entretanto, o Parlamento do Suriname nunca retificou o memorando e multinacionais petrolíferas passaram a explorar a região sob concessão da Guiana. Em 2000 a situação ficou ainda mais tensa quando barcos da marinha surinamesa empregaram atos hostis contra uma plataforma da CGX Resources Inc. a Canadian based Petroleum Company (CGX), alegando que a empresa estava em uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do país.

O incidente levou a uma série de discussões de fronteira entre os dois países e a expectativa da Guiana era de que o memorando fosse respeitado. Propôs, então, para ambos os países compartilharem os ganhos de concessão na área de sobreposição. O governo do Suriname não aceitou e demandou a revogação da licença da CGX. Após a tentativa do intermédio da Comunidade do Caribe (CARICOM), que tem pouca experiência no tema, a questão se dirigiu ao Tribunal Internacional do Direito do Mar, uma vez que Suriname e Guiana são signatários da Lei de Convenção Marítima (HOYLE, 2001; PRESS STATEMENT; 2000).

Na sentença arbitral proferida pelo tribunal os três temas decididos foram: i) que o Tribunal Arbitral possui jurisdição para decidir sobre as fronteiras marítimas, o uso ilegal da força e sobre as alegações dos artigos 74 e 83 de Montego Bay; ii) estipula as fronteiras de maneira cartográfica, com base no princípio da equidistância e reconhece que a ação armada do Suriname – relativa à CGX – foi uma ameaça, segundo a Carta das Nações Unidas, mas o pedido feito pela Guiana por compensação foi rejeitado; iii) ambos os países violaram os artigos 74 e 83 de Montego Bay (p. 165-166).

Para o governo do Suriname a sentença apresenta erros de cálculo e para Harvey Naarendorp, Ministro de Relações Exteriores do Suriname, não foi justa e equitativa, já que para a Guiana foram concedidos 65% dos 31.600 quilômetros quadrados de largura da antiga área de disputa, enquanto Suriname recebeu as 35% restantes (CAIRO, 2007). Entretanto, não ocorreram outras demandas por parte do Suriname, ficando o tema como arbitrado pelo Tribunal.

## CONCLUSÕES

A história recente do Suriname é marcada por instabilidade política e econômica e uma

divisão interna entre grupos que protagonizaram uma guerra civil. O histórico de conflitos no jovem país esteve ligado à exploração dos recursos naturais surinameses, sua principal fonte de divisas.

Um dos grupos que protagonizou a guerra civil entre os anos 1980 e 1990 são os quilombolas chamados *maroons* que na última década tem conquistado seu espaço político e econômico no país. Entretanto, boa parte da economia do país depende da extração de ouro, atividade dominada por garimpeiros brasileiros dentro do Suriname. Episódios de violência entre brasileiros e *maroons* evidenciam a tensão entre os grupos e alimentam um discurso de ameaça direcionado à comunidade brasileira associada ao sexo, à clandestinidade, à violência e ao crime.

Os projetos que buscam construir uma conectividade do Suriname com o Brasil e melhorar o acesso do país aos seus vizinhos não saíram do papel. Entretanto, o histórico de conflitos no Suriname ligado à exploração dos recursos naturais e à tensão entre brasileiros e surinameses são dois elementos que devem compor a integração e segurança na região.

Finalmente, para entender a dinâmica de integração do Suriname com seu entorno geográfico, temos que ter como variável os litígios fronteiriços que o país tem com seus vizinhos. Com a França a possibilidade de um conflito armado é muito distante, entre outras razões, pela assimetria de forças e pela relação do Suriname com a Guiana Francesa, onde aproximadamente 10% da população é surinamesa e responsável por importantes remessas de dinheiro para o país. Com a Guiana, por sua vez, episódios recentes de tensão foram interpretados como uma ameaça pelo governo guianês e levados ao Tribunal Internacional do Direito do Mar, sem participação de outros atores sul-americanos e a possibilidade de exploração de petróleo na região acentua a tensão entre Guiana e Suriname. Um cenário pouco fértil para um processo de regionalização coeso que afeta não apenas o Platô das Guianas, mas também arquiteturas mais robustas de integração Sul-Americana que seja capaz de incluir países como o Suriname, ainda de costas para o subcontinente.

## NOTAS

2 Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e a Guiana Francesa (Departamento Ultramarino da França).

3 Fonte: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Suriname>

4 Idem

5 Ibidem

6 Ver: J. van de. Um elefante branco para o Suriname. Disponível em: <http://www.oecoa-mazonia.com/br/artigos/9-artigos/114-um-elefante-branco-para-o-suriname>.

7 Denúncia nº 12.338

8 A Associação de Autoridades Saramaka é uma organização representativa de líderes tradicionais da aldeia Saramaka formada em março de 1998, em resposta à crescente pressão de empresas madeireiras multinacionais e do fracasso do governo do Suriname para reconhecer e respeitar os direitos a suas terras ancestrais. Fonte: <http://suriname.wedd.de/>.

9 Extinção do regime de Matrícula e estabelecimento do regime de Lavra Garimpeira (Lei no 7.805, de 18 de julho de 1989, que altera o decreto anterior – Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967)

10 Ver G1, 2009

11 São Paulo, terça-feira, 05 de janeiro de 2010. ENTREVISTA - RONNIE BRUNSWIJK. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0501201008.htm>

12 Peru e Equador em 1981 e 1995 entraram em conflitos armados por questões fronteiriças

na região amazônica.

13 Tradução livre

## REFERÊNCIAS

AMAYO ZEVALLOS, E. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes: interesses envolvidos na construção de uma estrada especialmente dos EUA e Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n.17, p. 117-169. 1993.

\_\_\_\_\_. Amazônia, MERCOSUR and the South American Regional Integration. In: PREVOST, Gary; CAMPOS, Carlos Oliva (Org.). **The bush doctrine and Latin America**. New York: Palgrave MacMillan, v. 1, p. 105-128. 2007.

\_\_\_\_\_. Apresentação: O Brasil e o mito da água. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A Amazônia e o Pacífico Sul Americano e sua importância para o Brasil**. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica Editora, p. 9-15. 2009.

ARAGON, L. E. (Org.). 2006. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. 2008. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará.

BECKER, B. K. Significados Geopolíticos da Amazônia: Elementos para uma estratégia. In: \_\_\_\_\_. **Uma estratégia Latino-Americana para a Amazônia**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992.

\_\_\_\_\_. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 set. 2009.

CAIRO, I. 2007. **Experts Find Flaws in Suriname-Guyana Maritime Boundary Award**. Disponível em: <<http://www.caribbeannewsnow.com>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

CBB - Central Bureau Of Citizens Administration/Ministry Of The Interior. 2006. **Demografische Data in Suriname 2003 en 2004**. Paramaribo.

CORREA, P. G. P. 2014. **Integração e segurança na Amazônia Transnacional**. São Carlos – S.P. 2014. 2 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

DONOVAN, T. W. Suriname-Guyana Maritime and Territorial Disputes: a legal and historical analysis. **Journal of Transnational Law and Policy**. v. 13, n.1, p.42-98. 2003.

FAO. **Global forest resources assessment 2010 country report**. Suriname, 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/al634E/al634e.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

G1. **Conflito no Suriname levou a pelo menos 7 mortes, diz missionário. Padre José Vergílio Esteve em Albina Neste Sábado (26). Brasileiros Foram Vítimas de Espantamento e Estupro, Segundo Relatos**. São Paulo, p. 1-2. 28 dez. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1427214-5602,00-CONFLITO+NO+SURINAME+LEVOU+A+PELO+MENOS+MORTES+DIZ+MISSIONARIO.html>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

HÖFS, C. C. 2006. **Yu kan vertrouw mi: você pode confiar**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Antropologia Social, Universidade de Brasília UNB, Brasília.

HOYLE, P. A. 2001. The guyana-suriname maritime boundary dispute and its regional context. **Boundary And Security Bulletin**, Durham, v. 1, n. 1, p.99-107.

IIRSA. **IIRSA: 10 años después: Sus logros y desafíos**. Buenos Aires : BID-INTAL, 2011.

JUBITHANA-FERNAND, A. 2009. International migration in Suriname. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, p. 185-204.

OLIVEIRA, R. S. Garimpeiros no Suriname: panorama histórico e atuais implicações. **Meridiano 47 (UnB)**, Brasília, v. 12, p. 53-60, 2011.

\_\_\_\_\_. Imagens estereotipadas em pauta: o discurso dos jornais surinameses sobre os imigrantes brasileiros. **Espaço & Geografia**, v.15, n. 2, p. 443-474, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

OLIVEIRA, R. S.; KANAI, J. M. Brazilian territories-networks in urban Suriname. In: *Annual RC21 Conference 2011 - The struggle to belong. Dealing with diversity in 21st century urban settings 2011*. Amsterdam. *Annual RC21 Conference 2011: The struggle to belong. Dealing with diversity in 21st century urban settings*. Amsterdam: Universidade de Amsterdam.

PRECIADO, J. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 53, p. 253-268, 2008.

REBELO, M. de N. O. O povo saramaka versus suriname: uma análise sob o olhar de clifford geertz. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil**, v. 1, p. 95-118, 2011.

VAN DE VEN, J. 2010. Um elefante branco para o Suriname. **O Eco-Amazonia Colunas**. Disponível em: <<http://www.oecoamazonia.com/br/artigos/9-artigos/114-um-elefante-branco-para-o-suriname>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

VISENTINI, P. F. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.27-40, 1 set. 2010. Disponível em: <<http://seer.dev.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/viewFile/16168/13704>>. Acesso em: 01 abr. 2013.